CÂMARA MUNICIPAL

LEI ORDINÁRIA Nº 2.676, DE 25 DE JULHO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES EFETIVOS, COMISSIONADOS, CONTRATADOS, INATIVOS, CEDIDOS, AGENTES POLÍTICOS, E RESPECTIVOS DEPENDENTES LEGAIS, DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE CARANDAÍ/MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Carandaí, por seus representantes legais na Câmara Municipal, APROVOU, e eu Presidente da Câmara Municipal, no uso do art. 41, V, da Lei Orgânica Municipal; combinado com o art. 58, IV, do Regimento Interno, com as Graças de Deus, PROMULGO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a contratar, mediante procedimento licitatório, plano de assistência à saúde para os servidores efetivos, comissionados, inativos, contratados, cedidos, agentes políticos, além dos respectivos dependentes legais, vinculados à Câmara Municipal de Carandaí/MG.

Parágrafo único. O benefício será garantido apenas ao servidor aposentado (inativo) que tenha aderido ao plano de saúde enquanto estava em atividade. Nesse caso, o servidor manterá o direito ao benefício nas mesmas condições dos servidores em atividade, exceto nos casos de exoneração, seja por iniciativa da administração pública ou a pedido, ou ainda em caso de descumprimento das obrigações previstas.

Art. 2º A contratação deverá ser realizada com operadora registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), observando os princípios da Administração Pública.

Art. 3º A adesão ao plano será facultativa e individual, mediante requerimento do servidor ou agente político, conforme Anexo I.

Art. 4º A Câmara Municipal custeará integralmente a mensalidade do plano de saúde para os servidores efetivos, comissionados, inativos, contratados, cedidos, agentes políticos, e respectivos dependentes legais.

Parágrafo único. Os custos referentes às quaisquer coparticipações, franquias, multas ou encargos suplementares, dos servidores efetivos, comissionados, inativos, contratados, cedidos, agentes políticos, e respectivos dependentes legais, serão integralmente pagos pelo titular, mediante desconto em folha de pagamento.

Art. 5º A inclusão de dependentes no plano será de inteira responsabilidade do servidor ou agente político, mediante solicitação expressa.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, são considerados dependentes o cônjuge ou companheiro(a), os filhos e enteados até 18 (dezoito) anos de idade, ou até idade superior, caso seja reconhecida pela legislação da operadora do plano de saúde. Também são considerados dependentes os legalmente classificados como incapazes, conforme a legislação aplicável.

Art. 6º Será suspensa a concessão do benefício, quando ocorrer:

I - licença para tratar de interesse particular;

II - afastamento preventivo, nos termos do Estatuto do Servidor Público Municipal;

III - suspensão em virtude de penalidade disciplinar;

IV - quando for colocado à disposição de outro órgão ou entidade, desde que sem ônus para o Poder Legislativo Municipal de Carandaí/MG.

V - ausência do pagamento das coparticipações, franquias, multas ou encargos suplementares.

Art. 7º A concessão do benefício será cancelada ex-offício, quando ocorrer exoneração, falecimento, demissão ou disponibilidade, por parte do beneficiário.

Art. 8º Compete ao setor de Contabilidade, mediante fiscalização do Controle Interno da Câmara Municipal:

I – gerenciar as adesões ao plano de saúde e respectivas autorizações de desconto em folha;

II – executar os repasses mensais à operadora, conforme contrato e adesões vigentes;

III – manter os registros atualizados de beneficiários e dependentes, com controle de pagamentos e movimentações cadastrais;

IV – prestar contas dos gastos anuais com o benefício, nos termos da legislação orçamentária e de controle externo.

Art. 9º As condições específicas de contratação, cobertura assistencial, prazos de carência, reajustes, abrangência geográfica e demais aspectos técnicos serão definidos no edital da licitação e no contrato firmado com a operadora vencedora.

Art. 10 As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento da Câmara Municipal, respeitando-se os limites legais e os princípios da responsabilidade fiscal.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO MARCONI DE SOUSA RODRIGUES

-Presidente-

PATRICK JOSÉ SANTOS OLIVEIRA

-Secretário-

- Publicada no Espaço Cultural Vereador Aguinaldo Pereira Baeta do Paço Legislativo Municipal Vereador João Luiz Alves de Souza, em 25 de julho de 2025.

ANEXO I
TERMO DE SOLICITAÇÃO E ADESÃO AO PLANO DE SAÚDE

À Secretaria da Câmara Municipal de Carandaí/MG,

Eu, _____ cargo: () Servidor _____ ()
Agente Político, matrícula funcional nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) à _____, venho por meio deste:

Solicitar formalmente minha 1ª adesão ao plano de assistência à saúde contratado por esta Câmara Municipal, nos termos da Lei nº 2676/2025, de iniciativa da Mesa Diretora, que concede benefício de plano de saúde aos servidores e agentes políticos, e respectivos dependentes legais;

1. Solicitar a inclusão dos seguintes dependentes legais no plano de saúde, ciente de que os custos com coparticipações, franquias, multas ou encargos suplementares serão de minha responsabilidade exclusiva.

Nome completo do dependente:

Parentesco:

Data de nascimento:

CPF:

2. Autorizar a Câmara Municipal a realizar o custeio integral da minha mensalidade como titular do plano, bem como dos meus dependentes, nos termos legais e contratuais;

3. Declarar ciência de que:

a. Os valores correspondentes às coparticipações, franquias, taxas administrativas ou quaisquer outros serviços não cobertos pela Câmara, serão pagos por minha conta;

b. A contratação e permanência no plano de saúde estão sujeitas às normas contratuais da operadora, bem como às condições da licitação e da legislação vigente.

Carandaí/MG, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do(a) Requerente: _____

Telefone: (____) _____

E-mail: _____